

FJP-PROC - 007 / 2020.**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 4417/2020 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E
SANEAMENTO URBANO DE SETE LAGOAS/MG – SAAE - E
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO****CONTRATANTE**

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO URBANO DE SETE LAGOAS – SAAE -, pessoa jurídica de direito público, portador do CNPJ n.º 24.996.845/0001-47, IE: 672.689.677.0008 com sede e administração na Rua Major Campos n.º 83/107, Centro – Cep: 35.700-010, **CONTRATANTE** de Sete Lagoas/MG, neste ato representado pelo Presidente Antônio Garcia Maciel CPF – n.º 321.724.006-53 - RG – M 2091662 SSP/MG, brasileiro, residente e domiciliado no município de Sete Lagoas/MG,

CONTRATADA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, portadora do CNPJ n.º 17.464.652/0001-80, com sede na Alameda da Acácias, n.º 70, Bairro: São Luis / Campus da Pampulha – Belo Horizonte/MG – Cep: 31.275-150, neste ato representada pela Vice Presidente Srª, Mônica Moreira Esteves Bernardi, nacionalidade brasileira, estado civil casada, portadora RG: MG-6.051.354 e CPF n.º 901.674.906-30, nos termos da Portaria FJP n.º 008/19 c/c Portaria FJP n.º 011/19, residente e domiciliada no município de Belo Horizonte /MG. Contato: 31-3448-9701

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a contratação de instituição brasileira incumbida estatutariamente da pesquisa, do ensino e do desenvolvimento institucional, de inquestionável reputação ético-profissional, sem fins lucrativos, objetivando a prestação dos seguintes serviços, de conformidade com a proposta comercial, que passa a fazer parte integrante desse instrumento, independente de sua transcrição: - **Assessoria para reestruturação orgânico-funcional e Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores efetivos e comissionados, a ser desenvolvida em 03 (três) etapas.**

Os serviços serão prestados nos termos das etapas abaixo descritos:

Primeira onda – Diagnóstico da situação, que será realizada com as seguintes atividades:

- Análise documental;
- Entrevistas com atores relevantes;
- Aplicação de questionários;
- Pesquisa Salarial;

Produto 1ª onda: Esta primeira etapa será concluída com a apresentação de Relatório de Avaliação, apontando a situações que necessitem de correções/alterações e indicando a metodologia a ser aplicada na revisão do Plano de Cargos, Salários e Carreiras.

Segunda onda – Apresentação e debate de propostas

A segunda etapa consiste na apresentação, para todos os envolvidos no processo, das propostas de revisão do Plano, além de abertura de espaço para a participação e a colaboração destes atores, agregando as contribuições, quando viáveis.

Rua Major Campos, 83/107 – Centro – Sete Lagoas/MG

Sérgio Timo Alves
Procurador do Estado
Chefe da Procuradoria da
Fundação João Pinheiro
OAB/MG 74170 MASP 1.050.970-1

Página 1



Produto 2ª onda: Esta segunda etapa será concluída com a apresentação de Relatório Propositivo, descrevendo as alterações pactuadas no Plano de Cargos, Salários e Carreiras e contendo o estudo de impacto econômico.

Terceira Onda – Encerramento do projeto

Esta etapa consiste na redação da versão final dos documentos e do Relatório Final da prestação de serviços. A entrega e aceite do mesmo encerram o projeto.

Produto 3ª onda: Relatório final acompanhado pela minuta do instrumento legal do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, versão final do estudo de impacto econômico.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Contrato tem origem no Processo Licitatório n.º 4417/2020, modalidade Dispensa de Licitação n.º 01/2020, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas sucessivas alterações, amparada pelo art. 24, inciso VIII da Lei n.º 8.666/93, estando a ele vinculado de forma total e plena, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência à proposta comercial apresentada na licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – GERENCIAMENTO

O gerenciamento deste contrato caberá à Gerente de RH – setor requisitante, através da Srª. Andreza Aparecida Costa Prestes Soares – Contato: 31-2106-0100 – e-mail: gerentherh@saaesetelagoas.com.br

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor global do presente contrato consiste em R\$ 162.000,00 (Cento e sessenta e dois mil reais).

O preço proposto engloba todos os tributos, encargos, despesas diretas ou indiretas, seguro e demais gastos inerentes à prestação de serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

A conferência dos serviços será efetuada pela funcionária acima indicada, junto aos representantes da empresa licitante vencedora, atuando como fiscal da execução contratual. Será verificada a qualidade dos serviços prestados, sendo que o SAAE poderá recusá-los caso estes estejam em desacordo com instrumento de contrato, Proposta Comercial, independente de sua transcrição, apresentados pela licitante, de acordo com o Art. 67 da Lei 8.666/93.

Após a conferência, a funcionária indicada para fiscalização dos serviços emitirá relatório/ou de acordo, atestando que os mesmos foram executados dentro das condições exigidas pelo setor requisitante.

Logo após, a CONTRATADA deverá emitir Nota (s) Fiscal (is) eletrônica (s) relativa(s) aos serviços executados e aprovados pela fiscalização do setor requisitante, a qual deverá indicar os números da Nota de Empenho e do Processo Licitatório, os impostos e respectivas alíquotas, e os números da conta corrente e da agência para emissão da respectiva ordem bancária.

O SAAE de Sete Lagoas/MG, efetuará o pagamento até **15 (quinze) dias corridos** após o recebimento da nota fiscal eletrônica acompanhada do CRS - Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS e das Certidões Negativas de Débito que comprovem a regularidade junto ao INSS, à Fazenda Municipal e com a Justiça do Trabalho - CNDT, conforme artigo 195, § 3º da Constituição Federal e Lei Municipal nº 5.335/97.

Cronograma de desembolso: O pagamento será efetuado em quatro parcelas, vinculadas entrega de produtos conforme abaixo:

PRODUTO	VALOR DE DESEMBOLSO
Plano de Trabalho	R\$ 27.000,00
Relatório de Avaliação	R\$ 45.000,00
Relatório Propositivo	R\$ 45.000,00
Relatório Final e Anexos	R\$ 45.000,00

Nos valores acima, estão incluídas as horas técnicas dos pesquisadores da FJP, somadas a custos de deslocamento, diárias, materiais e serviços necessários à consecução do projeto.

O prazo estimado para a realização das atividades é de 05 (cinco) meses, a contar da assinatura desse instrumento, estando a equipe disponível para iniciar os trabalhos a partir de março/2020 onde o cronograma de trabalho será detalhado.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

O presente instrumento de Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 30/09/2020, prazo estimado para a conclusão do pactuado, podendo ser reduzido ou dilatado de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, conforme preceitua a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do orçamento anual da CONTRATANTE:

3.3.90.39.05 / Ficha: 31.689-0 B

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTOS DE MULTAS, PENALIDADES – DECRETO Nº 5.569/16 INDENIZAÇÕES

A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das sanções administrativas constantes no Decreto Municipal nº 5.569, de 22.11.2016, bem como aquelas previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002 e nos incisos I a IV do art.87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pelo SAAE, o valor devido será acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 12% (doze por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100)$$

$$EM=I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

TX=Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM= Encargos moratórios;

N=Número de dias entre a data prevista p/ pagamento e a do efetivo pagamento;

VP- Valor da parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

Constituem motivos para a rescisão deste Contrato, todos os elencados nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem prejuízo da aplicação do contido no instrumento.



convocatório, devendo a parte interessada comunicar à outra a sua intenção com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DA HABILITAÇÃO

Durante a vigência do presente Contrato, a CONTRATADA se obriga a manter rigorosamente em todas as condições que lhe foram exigidas para habilitação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

Compete à contratada:

Iniciar a execução dos serviços em março/2020, após o recebimento da ordem inicial dos serviços.

Realizar revisão e modernização de Plano de Cargos, Carreiras e Salários do SAAE, bem como análise e proposta da reorganização da estrutura organizacional da Autarquia, abordando:

- 1) A Contratada deverá apresentar cronograma físico de forma clara e objetiva das etapas do projeto;
- 2) A Contratada deverá apresentar a relação da equipe técnica que irá prestar os serviços, objeto da licitação, devidamente registrado no órgão de classe competente, se responsabilizando legalmente pelos serviços executados em suas etapas;
- 3) A Contratada deverá permitir a participação da Comissão de Servidores nomeados pelo Diretor Presidente do SAAE, bem como apresentar em detalhes todas as fases do andamento do processo, até sua conclusão.
- 4) A Contratada deverá apresentar o Diagnóstico da Situação atual, através de análise documental, entrevistas, questionários, pesquisa salarial, bem como apresentação de relatórios a Comissão de Acompanhamento nomeada pelo Diretor Presidente;
- 5) A Contratada deverá Apresentar as Propostas propositivas para debate entre a Comissão e envolvidos no processo, contendo detalhadamente as alterações no PCCS, adequado ao atual Estatuto, o estudo de impacto financeiro, o novo modelo da estrutura organizacional do quadro de pessoal, contendo novo organograma, criação de condições legais para transição dentro das carreiras e elaboração do anteprojeto de Lei do novo PCCS e alterações;
- 6) A Contratada deverá Apresentar o Relatório Final do PCCS, em manual com descrição de estruturação, função e classificação dos cargos em detalhes impresso e digital revisado e modernizado, bem como o desenho do novo formato da estrutura organizacional do quadro de pessoal abrangendo toda Autarquia e seus servidores efetivos e comissionados;
- 7) A Contratada deverá propor treinamento a equipe de Recursos Humanos, responsável para gerir o Plano.

Disponibilizar mão de obra qualificada para prestar os serviços de forma ininterrupta.

Responder civil e juridicamente pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus propositos e empregados.

Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, restando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme exposto neste instrumento de contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas aos serviços e demissão de empregados que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação com o presente contrato.

emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais obrigações.

Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de segurança resultantes do contrato.

Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete ao contratante:

Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade que venha a ocorrer durante a execução deste instrumento de contrato;

Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do presente contrato;

Efetuar o pagamento nas datas previstas neste instrumento

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, em relação ao objeto licitado;

Rejeitar o objeto deste contrato quando constatado a má qualidade ou em desconformidade com as especificações constantes deste instrumento e na proposta comercial apresentada;

Efetuar o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado.

Fiscalizar e gerenciar o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO

É vedado à CONTRATADA ceder a terceiros, ainda que parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – NOVAÇÃO E RENÚNCIA DE DIREITOS

O não exercício, por qualquer das partes, dos direitos que lhes são atribuídos neste Contrato não será considerado novação ou renúncia.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Independentemente de sua transição, farão parte do Contrato todas as condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos, e no que couber, na proposta da CONTRATADA.

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.



Rua Major Campos, 83/107 – Centro – Sete Lagoas/MG

Sérgio Timo Alves
Procurador do Estado
Chefe da Procuradoria da
Fundação João Pinheiro
OAB/MG 74170 MASP 1.050.970-1

Página 5